



REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

1- As contas públicas portuguesas trilharam nos últimos anos um caminho insustentável, tendo a despesa pública em 2010 ultrapassado os 50% do total da riqueza produzida no país;

2- Há pouco mais de um ano, o XVIII Governo Constitucional pediu ajuda externa perante a iminência de uma ruptura de pagamentos de salários e de pensões;

2- No âmbito desse pedido de ajuda externa resultou o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF);

3- O XIX Governo Constitucional iniciou funções com o país submetido a esse programa que tem como principais pilares: **1)** A consolidação orçamental; **2)** O reforço da estabilidade financeira; e **3)** A transformação estrutural da economia portuguesa;

4- O Estado português tem cumprido as suas obrigações, tendo o actual Governo conseguido credibilizar Portugal, tal como reconhecido por personalidades estrangeiras, nacionais etambém pelos próprios mercados;

5- O Governo conseguiu reduzir a despesa pública pela primeira vez em muitos anos, sendo alguns dos exemplos dessa redução, a extinção dos Governos Cívicos e a eliminação de 1712 lugares de chefia na administração pública, no âmbito do PREMAC;

6- No entender do CDS-PP, a consolidação orçamental em Portugal deve assentar ainda em mais redução da despesa pública, nomeadamente naquela que não se justifica dada a situação das contas públicas, pois só assim se poderá proteger as famílias portuguesas de mais sacrifícios;

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alíneas d) e e) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º, n.º 3 do Regimento da Assembleia da República, que fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

O(a)s Deputado(a)s do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Ministro das Finanças, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1- Qual a despesa, em 2012, por cada observatório público?

2- Existem observatórios privados a receber apoios públicos?

3- Existindo, qual o valor atribuído a cada um em 2012?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 3 de Outubro de 2012

Deputado(a)s

JOÃO PINHO DE ALMEIDA(CDS-PP)

VERA RODRIGUES(CDS-PP)

MANUEL ISAAC(CDS-PP)

ADOLFO MESQUITA NUNES(CDS-PP)